

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE BITURUNA

SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E
COMUNITÁRIO
CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO
ADOLESCENTE -CMDCA

EDITAL 001/2023

O PRESENTE EDITAL ABRE AS INSCRIÇÕES PARA PROCESSO DE ESCOLHA DOS MEMBROS DO CONSELHO TUTELAR DE BITURUNA PARA O QUADRIÊNIO 2024/2027, ESTABELECE O CALENDÁRIO ELEITORAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A PRESIDENTE DO CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DE BITURUNA/PR- CMDCA/BITURUNA/PR, no uso da atribuição que lhe é conferida pela Lei Municipal nº 1593/2011 e suas alterações; **TORNA PÚBLICO** o presente **EDITAL** para o **PROCESSO DE ESCOLHA DOS MEMBROS DO CONSELHO TUTELAR** do Município de Bituruna - Paraná, para o quadriênio **2024/2027**.

1. DO OBJETO

1.1 - O presente Edital tem como objeto o Processo de Escolha dos membros do Conselho Tutelar do Município de Bituruna, em Data Unificada, disciplinado pela Lei Federal nº 8.069/90 – Estatuto da Criança e do Adolescente, pela Resolução nº 231 de 28 de dezembro de 2022 do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente – CONANDA, pela Lei Municipal nº 1593/2011 de 23 de novembro de 2011, Lei Municipal n.º 2054/2019 e Lei Municipal n.º 2055/2016 de 21 de Maio de 2019 e Lei Municipal 2299/2022 de 21 de março de 2023; e será realizado sob a responsabilidade Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente sob a fiscalização do Ministério Público que atua perante o Juízo da Infância e Juventude da Comarca de União da Vitória.

2. DO CONSELHO TUTELAR

2.1 - O Conselho Tutelar é órgão permanente e autônomo, não jurisdicional, encarregado de zelar pelos direitos da criança e do adolescente,

2.2 - Em cada Município e em cada Região Administrativa do Distrito Federal haverá, no mínimo, 1 (um) Conselho Tutelar como órgão integrante da administração pública local, composto de 5 (cinco) membros, escolhidos pela população local para mandato de 4 (quatro) anos, sendo permitida recondução por novos processos de escolha.

2.3 - O processo de escolha dos membros do Conselho Tutelar deverá observar as seguintes diretrizes:

a) O processo será realizado para o preenchimento pelos 5 (cinco) candidatos mais votados os quais serão empossados pelo Chefe do Poder Executivo Municipal e os demais candidatos serão considerados suplentes, seguindo a ordem decrescente de votação;

b) A candidatura deverá ser individual, não sendo admitida a composição de chapas, em conformidade como disposto no art. 5º, inciso II, da Resolução nº 231/2022 do CONANDA;

c) O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA deverá criar uma Comissão Organizadora, instituída por meio de publicação em Diário Oficial, de composição paritária entre conselheiros representantes do governo e conselheiros da sociedade civil, para a realização do primeiro Processo de Escolha em Data Unificada dos membros do Conselho Tutelar;

d) O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, no uso de suas atribuições, publicará Editais específicos no Diário Oficial ou meio equivalente, para cada uma das fases do processo de escolha de conselheiros tutelares, os quais deverão dispor sobre:

I - A documentação exigida aos candidatos para que possam concorrer no processo eleitoral;

II- As regras do Processo de Escolha em data unificada, contendo as condutas permitidas e vedadas aos candidatos;

III- As sanções previstas aos candidatos no caso de descumprimento das regras do Processo de Escolha em Data Unificada;

IV- A regulamentação quanto às fases de impugnação, recurso e outras do Processo de Escolha em data unificada;

3. DOS REQUISITOS BÁSICOS EXIGIDOS PARA O CANDIDATURA E DA DOCUMENTAÇÃO NECESSÁRIA PARA CONCORRER AO PROCESSO DE ESCOLHA DE CONSELHEIRO TUTELAR DO MUNICÍPIO DE BITURUNA-PR QUADRIENIO 2024-2027.

3.1- Por força do disposto no Art. 133 da Lei n.º 8.069/90 e do Art. 36 da Lei Municipal n.º 1593/2011 e suas alterações; os candidatos a membro do Conselho Tutelar devem preencher, cumulativamente, os seguintes requisitos:

a) Reconhecida idoneidade moral, comprovada através de atestado de antecedentes criminais: Certidão Negativa da Justiça Estadual, Justiça Eleitoral, Civil e Criminal da Justiça Federal e certidão de antecedentes criminais da Justiça Militar;

b) Idade superior a vinte e um anos no ato da inscrição;

c) Residir no município há mais de 2 (dois) anos - comprovar residência (talão de luz, água, telefone, correspondência bancária ou outro comprovante equivalente);

d) Estar no gozo de seus direitos políticos, no município;

e) Apresentar no momento da inscrição certificado de conclusão no mínimo de Ensino Médio completo ou superior, sendo este de caráter eliminatório;

d) Estar no pleno gozo das aptidões físicas, para o exercício do cargo de conselheiro tutelar, mediante laudo emitido por médico com registro no Conselho de Medicina, sendo está de caráter eliminatório;

e) Estar no pleno gozo das aptidões mentais e psicológicas para o exercício do cargo de conselheiro tutelar cuja comprovação dar-se-á através de laudo emitido por uma junta de psicólogos composta por três membros com registro no Conselho de Psicologia a serem contratados pelo Município, o qual antecederá ao processo de escolha, sendo esta avaliação de caráter eliminatório.

f) Portar carteira de habilitação definitiva na categoria B;

g) Submeter-se se eleito, a cursos de capacitação com temas referentes às atividades do Conselho Tutelar e Estatuto da Criança e Adolescente.

h) Apresentar no momento da inscrição documento que comprove conhecimento básico em informática, podendo ser realizado através de certificado de curso em informática e/ou declaração assinada por empresa evidenciando sua experiência, sendo este de caráter eliminatório;

3.2- O pedido de registro será formulado pelo candidato em requerimento assinado e protocolado junto à Secretaria de Desenvolvimento Social e Comunitário, devidamente instruído com todos os documentos necessários para comprovação dos requisitos estabelecidos no edital, onde serão numerados, autuados e enviados a Comissão Organizadora, para análise.

3.3- Cada candidato poderá registrar, além do nome, um codinome.

4. DA JORNADA DE TRABALHO E REMUNERAÇÃO

4.1- Os conselheiros tutelares exercerão suas atividades em regime de dedicação exclusiva em jornada de 40 horas semanais, bem como, a realização de plantões.

4.2- O valor do vencimento mensal será de dois salários mínimos nacionais de acordo com o previsto na Lei 1593/2011 e suas alterações legais.

5. DAS ATRIBUIÇÕES DOS MEMBROS DO CONSELHO TUTELAR

5.1- As atribuições dos membros do conselho tutelar estão previstas no art. 136 da Lei Federal nº 8.069/90 – Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA).

6. DA COMISSÃO ORGANIZADORA

6.1- A Comissão Organizadora do Processo de Escolha é encarregada de analisar os pedidos de registro de candidatura e dar ampla publicidade à relação dos pretendentes inscritos.

I – O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Bituruna – CMDCA instituiu, através da Deliberação n.º 03/2023, em plenária realizada em 21 de março de 2023, a Comissão Organizadora do Processo Eleitoral, de composição paritária entre

representantes do governo e da sociedade civil para a organização e condução do presente Processo de Escolha dos Membros do Conselho Tutelar do Município de Bituruna para o quadriênio 2024/2027, com a seguinte composição:

1. Representantes Governamentais:

Liliane Conte– Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social e Comunitário;

Herlayne Cecilia de Mattos – Secretaria Municipal de Educação e Cultura

2. Representantes Não Governamentais

Fabiana Zambruski– APAE de Bituruna

Claudimira Aparecida Gonçalves – APMF do Colégio Estadual Santa Bárbara.

6.2- Compete à Comissão Organizadora:

a) Analisar os pedidos de registro de candidatura e dar ampla publicidade à relação dos candidatos inscritos;

b) Receber as impugnações apresentadas contra candidatos que não atendam os requisitos exigidos, fornecendo protocolo ao impugnante;

c) Notificar os candidatos impugnados, concedendo-lhes prazo para apresentação de defesa;

d) Decidir em primeira instância administrativa acerca das impugnações das candidaturas, podendo, se necessário, ouvir testemunhas eventualmente arroladas, determinar a juntada de documentos e a realização de outras diligências;

e) Realizar reunião destinada a dar conhecimento formal das regras da campanha aos candidatos considerados habilitados ao pleito, que firmarão compromisso de respeitá-las, sob pena de indeferimento do registro de candidatura, sem prejuízo da imposição de sanções previstas na legislação local;

f) Estimular e facilitar o encaminhamento de notícias de fatos que constituam violação das regras de campanha por parte dos candidatos ou à sua ordem;

g) Analisar e decidir, em primeira instância administrativa, os pedidos de impugnação e outros incidentes ocorridos no dia da votação;

h) Escolher e divulgar os locais de votação e apuração de votos;

i) Divulgar imediatamente após a apuração, o resultado oficial da votação;

j) Notificar pessoalmente o Ministério Público, com a antecedência devida, de todas as etapas do certame, dias e locais de reunião e decisões tomadas pelo colegiado;

k) Divulgar amplamente o pleito à população, com auxílio do CMDCA e do Poder Executivo local, estimulando ao máximo a participação dos eleitores.

6.3- Das decisões da Comissão Organizadora Eleitoral caberá recurso à plenária do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA, que se reunirá em caráter extraordinário, para decisão com o máximo de celeridade.

7. DOS IMPEDIMENTOS

7.1- São impedidos de servir no mesmo conselho, marido e mulher, ascendentes e descendentes, sogro e genro ou nora, irmãos, cunhados, tio e sobrinho, padrasto ou madrasta e enteado, conforme previsto no Art.140 do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA).

7.2- São impedidos de servir no mesmo Conselho Tutelar os cônjuges, companheiros, ainda que em união homoafetiva, ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, conforme previsto na Resolução 231/2022, publicada pelo CONANDA.

7.3- Estende-se o impedimento da disposição acima ao conselheiro tutelar que tenha as relações dispostas com autoridade judiciária e com o representante do Ministério Público com atuação na Justiça da Infância e da Juventude da mesma Comarca.

8. DAS ETAPAS DO PROCESSO DE ESCOLHA

8.1 – O processo de escolha para Membros do Conselho Tutelar observará o calendário anexo ao presente Edital; (**ANEXO 1**).

8.2 – O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA, no uso de suas atribuições, fará publicar Editais Específicos para cada uma das fases do Processo de Escolha de Membros do Conselho Tutelar, dispondo sobre:

a) Inscrições e entrega de documentos;

b) Relação de candidatos inscritos;

- c) Relação preliminar dos candidatos considerados habilitados, após análise dos documentos, avaliação psicológica e avaliação médica.
- d) Relação definitiva dos candidatos considerados habilitados após o julgamento de eventuais impugnações;
- e) Dia e locais de votação;
- f) Resultado preliminar do pleito, logo após o encerramento da apuração;
- g) Resultado final do pleito após o julgamento de eventuais impugnações;
- h) Termo de posse;
- i) Entre outros editais que se fizerem necessários.

9. DA PRIMEIRA ETAPA - DA INSCRIÇÃO/ ENTREGA DOS DOCUMENTOS

9.1- A participação no presente Processo de Escolha em Data Unificada iniciar-se-á pela inscrição por meio de requerimento (**ANEXO 2**) e será efetuada no prazo e nas condições estabelecidas neste Edital.

9.2- A inscrição será efetuada pessoalmente pelo candidato, na Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social e Comunitário de Bituruna, localizada junto a Rua Maximiliano Greselle, 49, Jardim Andréia, anexo ao CRAS Municipal.

9.3- As inscrições serão realizadas entre os dias **31 de março de 2023 até o dia 28 de abril 2023, das 08 às 12 horas e das 13:00 às 17 Horas.**

9.4- Ao realizar a inscrição, o candidato deverá apresentar obrigatoriamente, sob pena de indeferimento de sua candidatura, os seguintes documentos:

- a) Requerimento de Inscrição devidamente preenchido (**anexo 2**);
- b) Fotocópia e Original da Carteira de Identidade ou Documento equivalente;
- c) Fotocópia e original do título de eleitor, com o comprovante de votação da última eleição ou certidão de quitação com a obrigações eleitorais fornecida pela Justiça Eleitoral;
- d) Certidões negativas dos cartórios distribuidores da Vara Civil, Vara Criminal e Vara da Infância e da Juventude, que comprovem não ter sido condenado ou estar respondendo, como réu, pela prática de infração penal, ou conduta incompatível com a função de membro do Conselho Tutelar;
- e) Fotocópia e original do Certificado de conclusão ou Diploma de formação no mínimo de nível médio ou de nível superior;
- f) Fotocópia e original do comprovante de residência – contrato de locação, conta de água, luz, telefone ou documento equivalente para comprovar residência no município há mais de dois anos;
- g) Certidão de quitação com as obrigações militares, em sendo candidato do sexo masculino;
- h) Apresentar laudo emitido por médico com registro no Conselho de Medicina, onde confirmar que está no pleno gozo das aptidões físicas, sendo está de caráter eliminatório;
- i) Fotocópia da carteira de habilitação definitiva na categoria B.
- j) Apresentar no momento da inscrição documento que comprove conhecimento básico em informática, podendo ser realizado através de certificado de curso em informática e/ou declaração assinada por empresa evidenciando sua experiência, sendo este de caráter eliminatório;

9.5- No ato da inscrição o candidato (a) deverá entregar a ficha de inscrição devidamente preenchida, juntamente com os documentos acima exigidos, em envelope identificado com o nome do candidato. Após a conferência dos documentos, o envelope será lacrado na presença do candidato, no momento do protocolo;

9.6- Documentos digitalizados serão considerados válidos, desde que também sejam apresentados os originais ou existentes apenas em formato digital;

9.7- Eventuais entraves à inscrição de candidaturas ou à juntada de documentos devem ser imediatamente encaminhados ao CMDCA e ao Ministério Público;

9.8- A veracidade das informações prestadas na Inscrição são de total responsabilidade do candidato.

9.9- Em caso de falta de documentos no ato da inscrição, o candidato não ficará impedido de retornar para nova tentativa de inscrição, basta que esteja dentro do prazo limite estabelecido neste edital.

10 - ANÁLISE DA DOCUMENTAÇÃO EXIGIDA

10.1- Encerrado o prazo de inscrição de candidaturas, a Comissão Organizadora designada pelo CMDCA efetuará, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, a análise da documentação exigida neste Edital e a subsequente publicação da relação dos candidatos inscritos.

10.2 – Após as devidas publicações, os candidatos inscritos passarão por avaliação psicológica através de uma junta de psicólogos composta por três membros com registro no Conselho de Psicologia a serem contratados pelo Município, sendo esta avaliação de caráter eliminatório;

10.3- A relação de candidatos inscritos aptos e suas respectivas documentações serão encaminhadas ao Ministério Público para ciência, no prazo de 03 (três) dias após a publicação referida do item anterior.

11. DA IMPUGNAÇÃO DAS CANDIDATURAS

11.1- Qualquer cidadão poderá requerer a impugnação de Registro do candidato no prazo de 10 (dez) dias, contados a partir da publicação da relação de candidatos inscritos, em petição devidamente fundamentada;

11.2- As impugnações deverão ser efetuadas por escrito e dirigidas à Comissão Organizadora devidamente instruídas com as provas já existentes ou com a indicação de onde as mesmas poderão ser colhidas;

11.3- Imediatamente após findado o prazo para impugnações de registro de candidatura, os candidatos impugnados serão pessoalmente intimados para, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados da intimação, apresentar defesa.

11.4- Decorrido o prazo a que se refere o parágrafo anterior, a Comissão Organizadora reunirá-se para avaliar os requisitos, documentos, currículos, impugnações e defesas, deferindo os registros dos candidatos que preencham os requisitos de lei e indeferindo os que não preencham ou apresentem documentação incompleta.

11.5- A Comissão Organizadora publicará a relação dos candidatos que tiveram suas inscrições deferidas, bem como notificará pessoalmente o representante do Ministério Público, abrindo-se o prazo de 03 (três) dias para que os interessados apresentem recurso para o Plenário do CMDCA, que decidirá em última instância, em igual prazo.

11.6- Esgotada a fase recursal, a Comissão Organizadora fará publicar a relação dos candidatos habilitados, com envio de cópia ao Ministério Público.

12. DAS VEDAÇÕES AO CANDIDATO DURANTE O PROCESSO DE ESCOLHA EM DATA UNIFICADA

12.1- O CMDCA por intermédio da Comissão Organizadora, promoverá a divulgação do processo de escolha e dos nomes dos candidatos considerados habilitados por intermédio da imprensa escrita ou falada, zelando para que seja respeitada a igualdade de espaço e inserção para todos;

12.2- Os candidatos poderão divulgar suas candidaturas entre os eleitores a partir da data da publicação da relação das candidaturas definitivas, observando-se o que está previsto na Lei Municipal n.º 1593/2011 - Art. 42 -em seus parágrafos e incisos;

12.3- O CMDCA deverá estimular e facilitar ao máximo o encaminhamento de notícias de fatos que constituam violação das regras de campanha por parte dos candidatos ou à sua ordem, que deverão ser imediatamente apuradas pela Comissão Organizadora, com ciência ao Ministério Público e notificação do acusado para que apresente sua defesa, observando-se a Lei Municipal n.º 1593/2011 – Art 43 em seus parágrafos e incisos.

13. DO PROCESSO DE ESCOLHA EM DATA UNIFICADA

13.1- O processo eleitoral para escolha dos Conselheiros Tutelares do Município de Bituruna acontecerá em um único dia;

13.2- O Processo de Escolha em data unificada, conforme previsto no Art. 139 do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), realizar-se-á no dia **08 de outubro de 2023, das 09h às 16h**, conforme previsto no Art. 45 da Lei Municipal n.º 1593/2011, cujos locais serão divulgados por meio do Diário Oficial e outros instrumentos de comunicação.

13.3- O resultado oficial da votação será publicado imediatamente após a apuração por meio do Diário Oficial ou equivalente e outros instrumentos de comunicação.

13.4- Havendo empate na votação será respeitado o parágrafo 2º do art. 48 da Lei Municipal n.º 1593/2011.

13.5- Os 5 (cinco) candidatos mais votados serão considerados eleitos, ficando os demais, pela respectiva ordem de votação, considerados suplentes.

14. DOS RECURSOS

14.1- Os candidatos ou seus representantes credenciados poderão apresentar impugnação na medida em que os votos forem sendo apurados, cabendo a decisão à própria Comissão Organizadora, que decidirá de pronto, facultada a manifestação do Ministério Público.

14.2- O Candidato poderá ter acesso às decisões da Comissão Organizadora do Processo de Escolha para fins de interposição dos recursos previstos neste Edital, mediante solicitação formalizada.

14.3- Ao CMDCA, no prazo de 02 (dois) dias úteis da apuração, poderão ser interpostos recursos das decisões da Comissão Organizadora nos trabalhos de apuração, desde que a impugnação tenha constado expressamente em ata.

14.4- O CMDCA decidirá os eventuais recursos no prazo máximo de 05 (cinco) dias, determinando ou não as correções necessárias, e baixará resolução homologando o resultado definitivo do processo de escolha, enviando cópias ao Prefeito Municipal, ao representante do Ministério Público e ao Juiz da Infância e Juventude.

14.5- A decisão proferida nos recursos, pela Comissão Organizadora do Processo de Escolha é irrecorrível na esfera administrativa.

15- DIVULGAÇÃO DO RESULTADO FINAL

15.1- Ao final de todo o Processo de Escolha em Data Unificada, a Comissão Especial divulgará no Diário Oficial, o nome dos 5 (cinco) Conselheiros Tutelares titulares eleitos e os suplentes eleitos em ordem decrescente de votação.

16. DA CAPACITAÇÃO DOS CONSELHEIROS ELEITOS

16.1- Os candidatos eleitos deverão submeter-se às capacitações com temas referentes as atividades do Conselho Tutelar e Estatuto da Criança e do Adolescente de acordo com o Art. 36 da Lei Municipal n.º 1593/2011.

16.2- As diretrizes e parâmetros para a formação deverão ser apresentadas aos candidatos pelo CMDCA, após a realização do Processo de Escolha.

DE ORIE

17. DIPLOMAÇÃO E POSSE

17.1- A diplomação dos Membros eleitos para o Conselho Tutelar será concedida pelo presidente do CMDCA após a divulgação do resultado final;

17.2- A posse dos conselheiros tutelares dar-se-á pelo Prefeito Municipal ou pessoa por ele designada no dia **10 de janeiro de 2024**, por meio de Ato Administrativo, conforme previsto no parágrafo 2.º do

Art. 139 do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA).

18. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

18.1- Os casos omissos serão resolvidos pela Comissão Organizadora do Processo de Escolha, observadas as normas legais contidas na Lei Federal nº 8.069/90 – Estatuto da Criança e do Adolescente e na Lei Municipal nº 1593/2011 e suas alterações e Resoluções do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

18.2- É de inteira responsabilidade do candidato acompanhar a publicação de todos os atos, Editais e comunicados referentes ao Processo de Escolha dos conselheiros tutelares.

18.3- O descumprimento dos dispositivos legais previstos neste Edital implicará na exclusão do candidato ao Processo de Escolha

18.4- Eventuais alterações no presente Edital serão publicadas em Diário Oficial.

Bituruna, 29 de março de 2023.

SALETE ALVES DA SILVA

Presidente do CMDCA

Bituruna - Paraná

ANEXO 1 - Cronograma Referente ao Edital 001/2023 do CMDCA

N.º	EVENTOS BÁSICOS	PRAZOS
-----	-----------------	--------

01	Publicação do Edital do Processo de Escolha	31/03/2023
02	Prazo de Inscrições - Requerimento e apresentação de documentos para habilitação de candidatura	31/03/2023 à 28/04/2023
03	Publicação da lista dos candidatos com pedido de Registro de candidatura	03/05/2023
04	Realização das avaliações Psicológicas dos candidatos ao cargo de Conselheiro Tutelar realizado por junta Técnica contratada pela municipalidade com caráter eliminatório.	08/05/2023 a 12/05/2023
05	Prazo para impugnação de Registro de candidato – Art.37 – Lei Municipal n.º 1593/2011	15/05/2023 à 18/05/2023
06	Análise de pedidos de Impugnação do Registro de Candidatura	19/05/2023
07	Publicação preliminar dos registros de candidatura Habilitados	23/05/2023
07	Prazo para interposição de recursos de impugnação de Registro de Candidatura à Comissão Organizadora - Art. 38 da Lei Municipal n.º 1593/2011	05/06/2023 à 12/06/2023
08	Prazo para interposição de recurso à plenária do CMDCA de candidaturas impugnadas. – Art. 38 - § 3.º - Lei Municipal n.º 1593/2011	13/06/2023 à 16/06/2023
09	Julgamentos de recursos apresentados ao CMDCA	19/06/2023
10	Publicação definitiva do Registro de Candidaturas Habilitadas ao Pleito de Escolha dos Membros do Conselho Tutelar.	22/06/2023
10	Reunião CMDCA, Candidatos e Ministério Público sobre as regras da Campanha	Até 09/08/2023
11	Período de Campanha Pública	15/08/2023 à 05/10/2023
12	Divulgação através de Edital e nos meios de comunicação os locais de votação e apuração	Até 30/08/2023
13	Dia da eleição Unificada	08/10/2023
14	Divulgação Oficial do resultado da Eleição	10/10/2023
15	Prazo para interposição de recurso ao CMDCA quanto às decisões da Comissão Organizadora nos trabalhos de apuração	11/10/2023 à 12/10/2023
16	Julgamento dos recursos pelo CMDCA	Até 16/10/2023
17	Publicação do resultado do julgamento dos recursos interpostos ao CMDCA	17/10/2023
18	Homologação do Resultado do Processo de Escolha dos Membros do Conselho Tutelar de Bituruna	20/10/2023
19	Previsão de realização da capacitação para os Conselheiros Eleitos	29/11/2023
20	Diplomação do Conselheiros Titulares e Suplentes eleitos	Até 13/12/2023
21	Posse dos Conselheiros Titulares e Suplentes Eleitos	10/01/2024

Salete Alves da Silva
 Presidente do CMDCA
 Bituruna - Paraná

ANEXO 2 - FICHA DE REGISTRO DE CANDIDATO E APRECIACÃO DOS DOCUMENTOS

Ficha de Registro de Candidato n° _____ (não preencher)

Nome completo: _____

Codigome: _____

RG: _____ CPF: _____

Endereço residencial: _____

Tel. _____ Celular: _____ WhatsApp: _____

_____ Tel: p/recados: _____ e-mail: _____

DOCUMENTOS APRESENTADOS ORIGINAIS E FOTOCÓPIAS

- () Ficha de inscrição devidamente preenchida; (**Anexo 2**)
- () Fotocópia e original da Carteira de identidade ou documento equivalente;
- ()Fotocópia e original do Título de eleitor;
- ()Comprovante de votação da última eleição ou certidão de quitação com as obrigações eleitorais fornecida pela Justiça Eleitoral;
- _____;
- ()Certidões negativas do cartório distribuidores:
- ()Vara Civil;
- ()Vara Criminal;
- ()Vara da Infância e Juventude;

- () Certidão de quitação com as obrigações militares em sendo candidato do sexo masculino;
- () Atestado médico, sendo este de caráter eliminatório;
- () Fotocópia Carteira de habilitação categoria B;
- () Certificado e/ou Declaração assinada por empresa evidenciando sua experiência, sendo este de caráter eliminatório;
- () Fotocópia e original do Certificado de conclusão ou Diploma de formação de nível médio ou superior;
- () Fotocópia e original do Comprovante de residência (no mínimo 2 anos): _____;

Eu _____ declaro que tenho conhecimento do conteúdo do **Edital nº 001/2023 - CMDCA** e que preencho todos os requisitos exigidos para participar como candidato do Processo de Escolha dos Conselheiros Tutelares para o Quadriênio 2024/2027.

Assinatura do Candidato

Publicado por:
Liliane Conte
Código Identificador:4837AC3C

Matéria publicada no Diário Oficial dos Municípios do Paraná no dia 30/03/2023. Edição 2741
A verificação de autenticidade da matéria pode ser feita informando o código identificador no site:
<https://www.diariomunicipal.com.br/amp/>